



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo nº: **0004790-27.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Férias**
 Requerente: **José Camargo**
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

CONCLUSÃO

Em 16 de dezembro de 2013, faço conclusos estes autos ao MM. Juiz Auxiliar, Dr. **DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**. Eu, Marta Regina Pereira, Assistente Judiciário, digitei.

RELATÓRIO

JOSÉ CAMARGO propõe ação de conhecimento contra a **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, pedindo o reconhecimento do direito ao gozo de férias, e pagamento do terço constitucional, em relação ao período em que, no ano de 1990, frequentou curso de formação de soldados.

A ré, citada, contestou aduzindo, em preliminar, inépcia da inicial, impossibilidade jurídica do pedido e prescrição, e, no mérito, que o bolsista, segundo a legislação da época, não era considerado servidor público, não fazendo jus, então, às férias.

Houve réplica.

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, uma vez que a prova documental é suficiente para a solução da lide, não havendo necessidade de dilação probatória.

A inicial não é inepta, pois os requisitos do art. 282 c/c art. 295, parágrafo único, ambos do CPC, restam plenamente atendidos; ademais, eventual irregularidade, no caso concreto, não trouxe prejuízo à parte ré, cujo direito de defesa pode e foi plenamente exercido, não se devendo decretar qualquer nulidade (art. 244 c/c art. 249, § 1º, ambos do CPC).

O pedido é juridicamente possível, não havendo proscrição explícita ou implícita, em tese, ao seu acolhimento, em nosso ordenamento jurídico.

A prescrição, todavia, deve ser reconhecida, uma vez ultimado, há



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290

muito, o prazo de 05 anos previsto no art. 1º do D. 20.910/32.

Há décadas o direito reclamado foi negado pela Administração Pública (Súm. 85, STJ), que jamais computou o curso de bolsista da parte autora para fins de concessão de férias.

A teoria da “actio nata” também não favorece a parte autora, uma vez que esta tem ciência inequívoca da suposta violação do direito também há décadas.

Seguras regras de experiência (art. 335, CPC) nos revelam que o servidor público, no controle pessoal de suas férias, ao longo da carreira, inclusive para usufruir delas em diversas ocasiões, certamente tem o conhecimento dos períodos computados e não computados. No caso em discussão, fora de dúvida que a parte autora sabe há muito tempo que o curso de formação não foi considerado.

Inadmissível, incrível e absurdo – bem como um atentado à segurança jurídica – supor que só recentemente – menos de 05 anos contados retroativamente desde a propositura da ação – a parte autora tomou conhecimento de que aquele período nunca foi admitido para a contagem das férias.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, com fulcro no art. 1º do D. 20.910/32 e no art. 269, IV, segunda figura do CPC, reconheço a prescrição da pretensão deduzida, resolvendo o mérito; no mais, condeno a parte autora a arcar com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados, por equidade, em R\$ 678.00, observada a AJG.

P.R.I.

São Carlos, 12 de dezembro de 2013.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

DATA.

Em ____ de dezembro de 2013, recebi estes autos com o r. despacho/sentença supra. Eu, _____, Esc. Subscrevi.